



O PODER HIGIÊNICO E SUAS INFLUÊNCIAS NA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO NO BRASIL

Dermerval L. Polizelli



MEIO AMBIENTE

***DERMEVAL
LUIZ
POLIZELLI***

Dermeval L. Polizelli – Sociólogo, economista, especialista em comunicação social e mestrando em Ciências Ambiental pela USP, Coordenador do Curso de Administração da FIAP – Faculdade de Informática e Administração Paulista.

RESUMO

Esse texto se dedica a analisar as influências do poder higiênico sobre os padrões de ocupação do espaço no Brasil. A persistência desses padrões se revela um poderoso instrumento adicional de gestão das desigualdades sociais no país.

ABSTRACT

This text is dedicated to analyse the power influences of the hygienical power upon the standards of occupation of the space in Brazil. The persistence of these standards turn out to be a powerful additional instrument of the administration of social disparities in the country.

INTRODUÇÃO

Este texto foi construído a partir da perspectiva das ciências sociais em relação aos padrões de ocupação do espaço no Brasil. Partimos dos conceitos de urbanização do território e metrópole transacional de Milton Santos. O primeiro conceito ressalta os processos de homogeneização do espaço e o segundo destaca a capacidade de impor padrões por parte de algumas metrópoles. Logo após partimos para identificar as origens históricas dos padrões de ocupação do espaço nas cidades brasileiras e localizamos várias dessas influências no enfoque higiênico no início do século.

Apesar das influências apontadas neste trabalho, não pretendemos reduzir os atuais padrões de ocupação de espaço no país apenas ao enfoque higiênico. Mas chama a nossa atenção a persistência de algumas visões que tiveram as suas origens no poder higiênico do início do século, como por exemplo: o bairro-jardim para combater os miasmas em oposição aos cortiços, a expulsão da pobreza dos centros urbanos, a visão da racionalidade como um produto da ação privada e individual e a marcante desigualdade da sociedade brasileira.

A URBANIZAÇÃO E OS PADRÕES DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

O Brasil, nas últimas décadas do século 20, consolidou um intenso processo de urbanização do território. O espaço das várias regiões brasileiras passou a ser ocupado a partir de uma visão homogeneizadora que engendrou os interesses locais, nacionais e internacionais em uma vasta teia de relações.

O crescimento da urbanização do território não se resume ao número de novas cidades ou ao desenvolvimento de uma vasta rede de transportes e comunicações que cobrem o país.

A urbanização do território implica em grandes transformações na forma de ocupação e divisão do trabalho. As pequenas e médias cidades assumem o papel de agentes de regulação no campo. A sofisticação da agricultura, que amplia o seu conteúdo informacional, passa a exigir a presença de novos profissionais com hábitos urbanos, como por exemplo: o agrônomo, o veterinário, o técnico em adubos. A expansão da fronteira agrícola exigiu o aumento de serviços na rede bancária, fretes e seguros. A cidade passa a desempenhar o papel de reunificar localmente os processos econômicos e produtivos da região.

Estas novas cidades situam-se em um vasto mecanismo de integração do território a uma rede de informações. O espaço passa a ser definido pelas suas relações funcionais, ou seja, técnicas e econômicas e não por critérios ambientais. Nos primeiros séculos de sua existência o território brasileiro foi definido através da exploração dos seus recursos naturais pelo trabalho concreto e direto do homem. Hoje o território é definido pelo grau de incorporação do capital que é adicionado, portanto, as diferenças passam a ser muito mais sociais do que limites naturais. Neste sentido, aos critérios ambientais propriamente ditos, como por exemplo a estrutura geológica, a fauna e a flora, devemos acrescentar a estrutura fundiária, formas de locação da terra, relação de trabalho e padrões de investimento de capital.

Milton Santos permite sintetizar as afirmações anteriores. "O território é, hoje, possível de ser usado, com o conhecimento simultâneo das ações empreendidas nos diversos lugares por mais distantes que sejam. Isso permite, também, a implementação de sistemas de cooperação bem mais largos, amplos e profundos, agora associados mais estreitamente a fatores econômicos de ordem, não apenas nacional, mas também internacional." (Santos, p. 44)

Santos ainda introduz o conceito de metrópole transacional, no qual o processo de urbanização do território está relacionado à grande cidade, que além de deter o seu controle sobre o conjunto da economia, detém a capacidade de manipular informações e impor padrões que organizam e desorganizam o espaço em função de interesses nacionais e internacionais.

1 Empregamos o termo *poder* conforme proposto por Michel Foucault, ou seja, os diversos olhares que se dedicam sobre as mínimas parcelas dos corpos para maximizar desempenhos. Para tal fim, são desenvolvidas várias formas de regulamentos, inspeções e controles que classificam os comportamentos. Esta classificação delimita as ilegalidades e estruturas da capacidade de punir. Como consequência, os indivíduos são dispostos de tal forma que se possa localizá-los, determinar-lhes tarefas e tempos de execução. Ao mesmo tempo, estes enunciados disciplinares se transformam em representações da verdade. Recomendamos ao leitor dois textos de Foucault: *Vigiar e punir* e *Microfísica do poder*.

Neste ponto justifica-se a direção tomada: estudar os desdobramentos do poder higiênico a partir das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo sobre as formas de ocupação do espaço no Brasil. O poder¹ higiênico foi um dos instrumentos mais poderosos na difusão de um padrão de ocupação do espaço no Brasil.

Mais do que isso, esta análise pretende recuperar a historicidade e a permanência de alguns desses padrões para que eles não sejam mais vistos e definidos como absolutos. Pois, a recuperação da sua historicidade permite questionar a racionalidade de algumas de suas “propostas” e apresentá-las como um exemplo de dominação.

O discurso higiênico teve origem na metade do século 19 na Europa e propunha um novo modelo de ocupação do espaço urbano com ruas e avenidas amplas que permitiriam a melhor circulação do ar e o combate aos miasmas. Por detrás destas afirmações encontraremos vários mecanismos de dominação expressos nos códigos, nos recenseamentos e no discurso sobre os “vícios da pobreza”

Este discurso foi incorporado pela sociedade brasileira do início do século passado e uma amostra é o relatório anual da Seção de Obras da Intendência Mundial de São Paulo 1894, que nos fornece um exemplo ilustrativo de como a visão disciplinadora dos novos códigos higiênicos foi incorporada pela Sociedade Brasileira.

"Tão poderosas circunstâncias em concurso tem produzido as mais perniciosas conseqüências: não só a tendência pronunciada e insistente dos proprietários a subtraírem-se às exigências razoáveis da lei, pretendendo construir cortiços, subdividir os prédios mais vastos construir outros pequenos, sem observância das regras de higiene e solidez, como também o desprendimento, o descuido pela própria saúde, por parte da população operária, dos menos protegidos da fortuna, que buscam os cubículos baratos para ali se acumularem, famílias inteiras, em revoltante promiscuidade, com o desprezo dos mais comezinhos princípios de asseio, fazendo do mesmo compartimento, simultaneamente, dormitório, refeitório, cozinha, lavanderia, despejo, etc.

Contra esse *encombrement* extremamente perigoso, para o presente por construir foco pestilencial, ameaça permanente à saúde pública, para o futuro para concorrer para a degeneração da espécie, para o aniquilamento da população opéraria, não tem ainda a legislação municipal disposição expressa."

O discurso higiênico se estrutura como um instrumento de combate à degenerescência da espécie provocada pelo contato irrestrito entre os seus membros. Nos cortiços, por força das carências desse ambiente, as condições para o contágio entre os indivíduos não podem ser "saudavelmente" estabelecidas. A prefeitura nada pode fazer, por não dispor de uma "legislação adequada", portanto, a pobreza e os seus riscos devem ser confinados a alguns espaços atentamente vigiados pelas autoridades.

A legislação se vê impotente diante da insistência dos proprietários em subdividir os imóveis e os trabalhadores em alugá-los. A pobreza nos é apresentada como uma fatalidade da mesma forma que a avareza dos proprietários.

Os documentos citados neste fato foram cedidos pelo prof. J. Roberto Heloani da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que desenvolve pesquisas nessa área.

Outro exemplo dos vários mecanismos de vigilância à distância dos bestializados pode ser encontrado em dois artigos do Código de Postura de São Paulo de 1886, referentes à Polícia Sanitária.

“Art.116 – Todas as pessoas não vacinadas são obrigadas a fazer-se vacinar, obrigação à repartição do Vacinador Provincial, para aquele fim, as crianças até 3 meses depois de nascidas, e os adultos logo que os tenha em seu poder, salvo o caso de moléstia que a isso impeça. O infrator sofrerá multa de 30\$.”

“Art.118 – Nas escolas públicas não serão admitidos alunos se no ato da inscrição da matrícula não apresentar guia de estarem vacinados; sob pena de 10\$ de multa imposta aos professores ou professoras que os admitirem.” (Código de Postura do Município de São Paulo, p. 27).²

HIGIENE E GESTÃO DO ESPAÇO

A difusão do modelo de ocupação do espaço higiênico convive com uma contradição: ao mesmo tempo em que produzia bairros amplos e arborizados convivia com o avanço dos cortiços na cidade. As propostas do poder higiênico no início do século no Brasil não se limitaram à expulsão dos mendigos das áreas centrais, ao controle dos bairros de meretrício pela polícia, atingiram organização de grandes hospícios, como por exemplo o do Juquery em São Paulo.

Outro fator a ser destacado neste processo reside na valorização do “privado” em relação ao “público”. Devemos acrescentar que a ênfase do poder higiênico sobre os aspectos “públicos” das classes populares. O cotidiano dos trabalhadores poderia ser objeto de análise e controle. Os códigos de posturas das cidades brasileiras da época chegaram a discriminá-los locais para mendigos, as restrições para a venda de bilhetes de loterias e ambulantes. Mais do que isso, os códigos

chegaram a normatizar as visitas sanitárias aos cortiços com a autorização para remover qualquer objeto ou prática que pudesse causar dano à saúde pública. Nestas visitas os médicos organizavam campanhas para a difusão de padrões de moral compatíveis com a “boa saúde”

A reforma urbana conduzida pelo prefeito Passos Guimarães (1903-1906), no Rio de Janeiro, constitui-se em exemplo relevante, pois ao obter a incorporação de princípios higiênicos no código de posturas da cidade, foi possível remover a população mais pobre do centro da cidade. Esta remoção permitiu a abertura de novas avenidas, a construção de jardins e, sobretudo, permitiu intensa especulação imobiliária. Os reflexos sobre a paisagem urbana foram imediatos. Uma concepção do espaço começa a ser difundida na cidade, contribuindo para um novo conceito de ocupação do espaço.

As ruas não passavam a ser apenas mais largas para receber mais ar e luz, eram também asfaltadas para facilitar a circulação de veículos, sobretudo automóveis. O novo traçado das vias urbanas permitia conduzir o tráfego dos limites da cidade até o centro. A racionalidade das novas formas de gestão do espaço público se desdobravam até a numeração seqüencial das residências, que punha fim ao mundo “caótico, confuso e abafado” dos bairros proletários da cidade velha. Passos Guimarães reproduzia o modelo de reforma urbana preconizado por Haussmann em Paris (1853 a 1870). A ênfase na iluminação pública e a sua contribuição para os “bons costumes” completava o quadro de civilização da cidade.

A prefeitura atacava simultaneamente algumas tradições herdadas do período colonial que igualmente interferiam sobre a moral, a higiene e a imagem de civilidade que se pretendia impor ao Rio de Janeiro. Foram proibidos a venda de alimentos por ambulantes, o ato de cuspir no chão em bondes, a organi-

zação de grupos carnavalescos sem autorização (o próprio carnaval não era visto como sintoma de civilidade), a exposição de carnes na entrada dos açouges, a venda de leite (com a ordenha realizada defronte à residência do comprador) e a degradação das fachadas.

A avenida Central construída por Paulo de Frontin em 1904 (av. Barão do Rio Branco) pode ser considerada um exemplo ilustrativo dos meios que se adotaram para transmitir uma imagem de civilização e progresso ao Rio de Janeiro.

“Frontin, por exemplo, assegurou que a avenida se transformasse numa vitrine da civilização, por meio de um cuidadoso esquema de indenização e de um critério seletivo de investimento e aquisição. Os edifícios foram destinados a empresas estrangeiras e nacionais, comerciais e de infra-estrutura; à recreação e ao consumo de produtos europeus de luxo; a instituições vinculadas à literatura consagrada e às belas artes; à Igreja e a órgãos governamentais. Segundo Haussman, Frontin estipulou a altura e a largura de cada fachada. Na verdade, obrigou os arquitetos a submeterem os projetos de fachada a um júri.” (Needell, 1993, p. 61-62)

Em 1896, na cidade de São Paulo, o bairro de Higienópolis – cidade da higiene – incorpora os mesmos pressupostos higiênicos, ruas largas, arborizadas e lotes com recuos ajardinados se convertem em padrões de habitação para o restante do país. Não apenas nos loteamentos encontraremos as influências do poder higiênico, os presídios também foram objeto do seu exercício. O poder do código de conduta nas prisões tem início pelo alerta contra os riscos do contato físico entre os presos. A população carcerária acumula todas as condições de insalubriedade e “vícios” Além das doenças orgânicas, os códigos destacam os riscos causados pelo sentimento de resistência e insurreição. A própria massa de detentos impos-

sibilita o controle de todas as relações entre os presos. O anonimato permite a impunidade, o que reproduz as condições de crime e vício.

Neste período, no início do século, discutiu-se a necessidade de um novo modelo de prisões com uma arquitetura capaz de confinar cada preso a um espaço específico adequado à sua pena e passível de controle. Um exemplo ilustrativo dessa discussão é o presídio Fernando de Noronha.³

Outra mazela da sociedade, que sofreu muitas influências do poder higiênico, foi a loucura através de uma das especialidades do saber médico: a psiquiatria. Uma das primeiras medidas da República foi a de regulamentar a profissão de alienista como a de encarregar da gestão dos hospícios. O novo Estado passa a emitir uma série de legislações para regulamentar os institutos voltados para o tratamento dos “alienados” em todo país.

A psiquiatria igualmente se preocupa com as “massas incontroláveis” e com a turba, com riscos de degenerescência da sociedade em função das práticas anti-higiênicas e imorais dos setores mais pobres. A loucura deveria ser varrida do espaço público, na medida em que significa o questionamento à ordem estabelecida. Os potencialmente degenerados deveriam ser segregados da sociedade, porque através da miscigenação poderiam repassar os seus genes deletérios para outros seres. Portanto, as condições de reprodução humana, especialmente a família se convertem em objeto do exercício deste poder disciplinar. Nesse ponto vale destacar a integração entre a psiquiatria e os arquivos policiais.

Os arquivos policiais passam a ser organizados de maneira que identificassem além dos crimes, os indolentes, os preguiçosos, os intelectuais e os artistas. O papel político da teoria da degenerescência parece nos encaminhar diretamente para a República. O Estado republicano garantia a igualdade

3 “Não há regime higiênico no presídio: alguns condenados, que são considerados incorrigíveis, são amontoados em duas espaçosas salas ou armazéns de um velho quartel, e ali onde apenas poderiam caber mais de 200 se aglomeram mais de 400 miseráveis, representando constantemente todos os horrores da prisão em comum.

Fora ficam 1.300 que se acomodam como podem e como bem querem, levantando palhoças, construindo casas, que alugam ou cujo domínio transferem, com pleno direito de propriedade sobre o terreno da ilha que não lhes foi concedido, e sobre o fruto do trabalho que não lhes pertence.” (Fleury, p. 7)

O primeiro presídio brasileiro dotado de regime higiênico foi a Casa de Correção da Corte, construído em 1874, com 800 celas situadas em quatro raios que partem da construção central, onde ficam a capela e a administração central.

Entre os raios, localizava-se a grande inovação do projeto, o conjunto de oficinas para elevar a moral através do trabalho. Esta disposição arquitetônica colocava em prática o princípio de Jeremy Bentham de ver tudo, saber de tudo, controlar a tudo.

de direitos a todos os homens, porém as “diferenças biológicas” entre os homens gerava tensões que deveriam ser administradas. O biologismo separava ainda mais a elite branca “civilizada” da grande massa de mestiços e migrantes.

A psiquiatria não se limitou à gestão dos hospícios. Ela retomou o tema da casa popular como objeto do exercício do seu poder. Na medida em que a casa “imunda e insalubre” é apresentada como a origem da doença e da degradação moral, a atuação do poder higiênico poderia resolver o problema pela raiz. Na base deste discurso encontramos, entretanto, uma justificativa para organizar a interferência planejada nos mínimos detalhes da vida cotidiana do trabalhador, instaurando uma disciplina que designa novos modos de higiene pessoal e de vida. A construção de vilas operárias passou a ser incentivada pelos códigos urbanos como uma alternativa aos ambientes viciados dos cortiços.

As vilas operárias começam a ser implantadas no final do século 19. Em São Paulo as primeiras vilas surgem ligadas às fábricas. O código moral imperava nestas vilas. O espaço mínimo entre as residências era respeitado para permitir a circulação do ar e a privacidade das suas famílias. A energia elétrica era desligada nos horários corretos para estimular a “vocação para o trabalho”. Em qualquer caso de “ameaça” a casa habitada pelo trabalhador deveria ser desocupada imediatamente. As creches, administradas por ordens religiosas, reafirmavam constantemente a unidade de interesses entre o capital e o trabalho. O código de postura do município de São Paulo já preconizava, em 1886, a instalação de água e de um pequeno tanque para um grupo de seis habitantes. Igualmente o mesmo código determinava a construção de uma latrina para cada duas habitações. Através destes mecanismos a prefeitura acreditava ser possível inibir a origem de novos cortiços.

Outro aspecto a ser ressaltado neste código refere-se à delimitação do privado. O privado não poderia ser exposto aos olhares públicos. Nenhuma construção poderia ter aberturas ou janelas que abrissem para as praças ou ruas. As janelas só seriam aceitas se estivessem a 3m de altura do passeio.⁴

AMBIENTE, PAISAGEM E PODER HIGIÊNICO

O processo de urbanização no Brasil não se limitou aos aspectos mais visíveis de parcelamento, assentamento das residências no lote e gestão das atividades no interior da cidade. Ao direcionar os padrões de ocupação do espaço, as reformas urbanas do início do século traduzem relações politicamente mais amplas entre os segmentos da sociedade.

Um exemplo dessas relações refere-se ao uso “racional” do solo. Esse último se converte em uma mercadoria, cujo o uso deve ser entregue a cada proprietário, que encontraria os melhores instrumentos para maximizar o desempenho do seu investimento. Portanto, o discurso sobre a “racionalidade” do uso do solo se aproxima da teoria da firma. Segundo esta visão, predominante na época, cada agente econômico deveria retirar o máximo possível dos recursos de que dispunha (no caso o solo) com o menor investimento possível. Tal procedimento, ao ser aplicado pelo conjunto da sociedade, proporcionaria a melhoria do desempenho econômico como um todo, gerando empregos e riquezas.

A prática desse discurso aprofundou as desigualdades sociais na cidade de São Paulo do início do século. Portanto, cabe analisar desdobramentos políticos implícitos nessa formulação. O primeiro refere-se à ruptura entre a arquitetura e as condições sociais de produção da riqueza. Ao contrário do que difundia

- 4 Evidentemente não podemos desconsiderar o aspecto técnico da legislação. No inicio do século, a preocupação em evitar a umidade justificava-se devido aos poucos recursos disponíveis para garantir a impermeabilização e se impunha nas dimensões dos imóveis.

o discurso da racionalidade do solo, o excedente econômico não é um produto individual, mas o resultado de relações tensas e contraditórias entre grupos e setores na sociedade. No interior do conceito de mercado encontramos vários conflitos distributivos, como por exemplo: entre o capital e o trabalho, entre pequenos produtores e atacadistas, entre o capital industrial e o financeiro. Por detrás desse discurso encontramos uma tentativa de caracterizar a pobreza como um produto da falta de racionalidade dos miseráveis, ou seja, a pobreza não é um produto das condições sociais. Dentro desse raciocínio os vícios presentes na arquitetura dos cortiços geram o ambiente que favorece a preguiça e, por extensão, a própria pobreza.

Podemos compreender o porquê da coexistência entre os bairros-jardins e os cortiços. O poder higiênico não se dedicou a eliminar a pobreza nas suas raízes sociais, mas a disciplinar os contatos necessários entre os trabalhadores e a elite portadora de “consciência”, leia-se de capital.

Outro desdobramento, digno de nota, refere-se à visão instrumental do meio ambiente. O ambiente é apresentado como mero fornecedor de bens naturais, que em função do tamanho e da riqueza do país, tenderia a ser praticamente inesgotável. Portanto, esse discurso “racional” fornece um verniz moderno para uma proposta de concentração de riquezas em poucas mãos. Desconsidera-se a necessidade de uma visão globalizante capaz de conceber o espaço em função das necessidades ambientais e paisagísticas da maioria da população.

Um exemplo dessa desconsideração está presente no debate sobre a casa popular. Retoma-se o modelo disciplinar europeu da construção da cidade do trabalho que, além da questão técnica, incorporava a moralidade, a ordem e o ideal eugênico de aprimoramento da raça através da higiene.

Dentro do debate sobre a casa popular destaca-se a idéia da cidade-jardim concebida por Ebenezer Howard no final do século 19. Influenciado por Pier Kropkin e pelos utopistas, Howard pretendia construir uma nova forma de organização do espaço baseada em espaços amplos, descongestionados, com as casas isoladas de tal forma que permitissem a vida em família e os diversos benefícios públicos. A cidade-jardim se converteria em instrumento de equilíbrio entre a cidade e o campo, a indústria e a agricultura e o trabalho manual e intelectual.

O primeiro congresso de habitação em São Paulo (maio, 1931) proporá adaptar as propostas da cidade-jardim à realidade brasileira. “No discurso dos congressistas brasileiros, a cidade-jardim opõe-se à solução das ‘habitações coletivas’, que poderiam ser adequadas para os trabalhadores europeus acostumados a ‘uma certa educação higiênica, harmonia entre seus moradores, o hábito da limpeza e duma conservação sistemática da casa’, mas dificilmente para brasileiros ‘pessoas ainda mal iniciadas na vida moderna e que só poderá conseguir depois de certo grau de civilização’ ” (Rago, 1987, p. 195-196)

As cidades-jardins sofreram uma reinterpretação que ampliou as suas potencialidades disciplinares. Embora se mantivesse o formato amplo e isolado, intensificaram-se os mecanismos de controle de tempo, de circulação dos seus habitantes, sobretudo nas vilas operárias.

No plano paisagístico, os higienistas pretendiam reproduzir, a partir da proposta de Howard, o campo inglês com a sua mata uniforme. Porém, essa postura entrava em conflito com as características tropicais da vegetação brasileira (mata fechada). Como consequência, enfatiza a prática do desmatamento da vegetação local para permitir uma paisagem o mais próxima possível dos padrões europeus nos novos loteamentos.

A vegetação domesticada, uniforme e aberta é utilizada como um complemento da habitação no lote. Porém, esta nova vegetação passa a depender do manejo humano, especialmente para o consumo de água. Em relação aos demais seres vivos, o impacto do desmatamento pode ser comprometedor. Como exemplo podemos citar o processo de ninhificação. O desmatamento elimina espécies de árvores utilizadas para a construção dos ninhos, ao mesmo tempo contribui para a redução dos solos e dos seres que nele habitam e, portanto, compromete a dieta alimentar dos pássaros no momento em que a alimentação dos filhotes é fundamental. A redução dos solos agride também outras espécies de aves que nele fazem seus ninhos.

A proposta original das “cidades-jardins” também compreendida como uma proposta de melhorias das condições de vida do trabalhador expressas em habitações melhor construídas, espaço para lazer e esportes. Desnecessário dizer que esta proposta foi desconsiderada na gestão do espaço no Brasil.

As políticas públicas que regulam a instalação das redes de água e esgoto nos fornecem um outro exemplo muito ilustrativo de a quem serve a “racionalidade” dos mecanismos de ocupação do espaço no Brasil. De um modo geral, a implementação dos loteamentos antecedem à construção dos sistemas de captação e distribuição de água. Portanto, somente após a construção das moradias instala-se o sistema de luz, água e esgoto, especialmente nos loteamentos de baixa renda. Dito em outros termos, o empresário vende os terrenos e transfere para o poder público o ônus da infra-estrutura. Até a instalação dessa rede, os dejetos são lançados diretamente nos rios e no solo. Dentro desse processo, cabe destacar os chamados “loteamentos clandestinos” que

muitas vezes se instalam nos mananciais e comprometem ainda mais a qualidade da água.

Será também pelas margens dos rios e dos mangues que se dará a ocupação dos terrenos livres pelas favelas. As margens dos rios, por serem de propriedade da prefeitura, são comumente escolhidas para serem invadidas por populações de baixa renda. Estas invasões contribuem para o aumento da poluição e da insalubridade.

Outro aspecto ao manejo das águas refere-se à impermeabilização crescente do solo nas áreas urbanizadas. No crescimento das cidades desconsiderou-se a necessidade de drenagem das águas pluviais, ou seja, poucas áreas foram reservadas para absorver as águas das chuvas. Como consequência o alagamento se impõe para as ditas áreas "mais baixas" que não por acaso concentram a população de menor renda. Os interesses imobiliários se impõem ao ciclo das águas, o ecossistema mais uma vez é desconsiderado e as consequências recaem sobre os segmentos mais "desfavorecidos" da sociedade. As poucas áreas verdes disponíveis tendem a se comportar como jardins suspensos estruturados sobre os terrenos impermeabilizados e dependentes do manejo do homem para a obtenção de nutrientes (a própria terra) e da água. Como esperamos ter demonstrado, a ausência de uma abordagem sistêmica no planejamento ambiental não se dá por acaso, ela reflete a atuação dos interesses de valorização imobiliária.

Na localização das indústrias tem-se também mais um exemplo ilustrativo da ausência de planejamento ambiental. As fábricas exigem terrenos planos e de fácil acesso. Este fato entre outros levou à ocupação da várzea em São Paulo. As várzeas permitiam também a emissão de efluentes diretamente nos rios, o que levou à destrui-

ção dos seus ecossistemas. Este modelo de ocupação do espaço pelas indústrias se reproduziu nas pequenas cidades, onde muitos rios foram utilizados como despejos de efluentes. A contaminação destes rios cria um problema de abastecimento de água, muitas regiões têm que “importar” águas de outras bacias, ou seja, algumas áreas se convertem em escoadouros para efluentes lançados por outras cidades.

Outra influência da visão higiênica que se manteve até os nossos dias refere-se à preponderância do privado sobre o público. Nas cidades brasileiras existe uma distribuição do espaço que privilegia o privado. A concentração das chamadas áreas verdes se dá nos bairros de maior poder aquisitivo, o pequeno número de parques e a sua localização em São Paulo ilustra este fato. Não existem parques praticamente próximos aos bairros populares. Outro aspecto que favorece o predomínio do privado sobre o público pode ser observado na utilização das chácaras como instrumento de lazer. As chácaras e os condomínios de fim de semana reproduzem o subúrbio americano, o “éden”, na ausência de um sistema de parques urbanos capazes de garantir o espaço de lazer. Neste éden de final de semana, a mata nativa é substituída por uma vegetação dócil com toda a “comodidade” urbana. A paisagem da chácara, entendida também enquanto padrão de percepção, se aproxima de um padrão citadino.

As praias igualmente se transformam em substitutos para a ausência de parques urbanos. A urbanização da praia parece reproduzir-se igualmente em todo o país. De um modo geral, os loteamentos mais “nobres” situam-se defronte ao mar, com casas isoladas em lotes arborizados através da substituição da mata nativa, especialmente a de restiga. A partir desta área segue-se a urbanização menos intensa voltada para

atividades produtivas, de serviços e habitada pelos segmentos de menor renda.

As medidas de proteção se limitam à preservação das áreas próximas a serras por questões de segurança ligadas a desabamentos. Não existe uma preocupação referente em planejar a intervenção da população sobre o espaço que irá ocupar e à capacidade de suporte deste lugar em função das tecnologias disponíveis.

Outra dificuldade de se implementar um planejamento de caráter ambiental está em superar a visão tradicional, que fragmenta em várias cartas temáticas o espaço a ser ocupado. Neste sentido seria necessário apreender as várias relações entre as características de suporte físico, climáticas, as diferentes formas de relacionamento entre os seres vivos e o homem, os ecossistemas existentes, o porte da ocupação humana, as tecnologias utilizadas para a sua expansão, o grau de processamento do ambiente, as estruturas e as características ambientais existentes, e as consequências sociais.

A gestão do ambiente e da paisagem é um empreendimento multidisciplinar. Além da complexidade das relações dos seres vivos, é necessário propor também medidas ao nível da percepção e da beleza cênica, o que envolve valores culturais muitas vezes não traduzíveis em quantias monetárias. Entretanto, é na questão social, na reprodução das desigualdades sociais, que encontramos a maior influência do poder higiênico: a gestão da pobreza que se manifesta na manutenção dos contrastes sociais.

Ao lado de vários condomínios de luxo assistimos à formação de bairros populares e favelas para atender às exigências de mão-de-obra e serviços. Os condomínios de luxo, localizados nas praias, revelam que é mais fácil para os segmentos de maior renda adquirir a sua segunda ou terceira residência, do que

setores populares adquirirem a sua primeira residência. Fato espantoso, em um país com um déficit de 13 milhões de residências, milhares de residências permanecem desativadas durante o ano com custos enormes para a instalação de infra-estrutura urbana.

CONCLUSÃO

O poder higiênico revelou-se um instrumento suplementar para a gestão das desigualdades sociais no Brasil. Como observamos durante este trabalho, os contrastes sociais no país não aconteceram por acaso, refletem interesses fundamentais de alguns setores da sociedade.

A manutenção desses contrastes indica também a persistência de uma visão que legitima o disciplinamento da pobreza. Politicamente essa perspectiva se mantém através da ruptura das causas dos problemas ambientais em relação à questão social e à construção do espaço. Tal fragmentação pretende isentar a concentração de renda e o aumento da pobreza como produtos complementares do conflito distributivo no país. Ao mesmo tempo, as formas e os padrões de urbanização se inserem num vasto mecanismo de normatização e confinamento dos mais desfavorecidos. Da mesma forma, o aproveitamento do ambiente é apresentado deslocado das necessidades ecológicas e paisagísticas da população, com um enfoque imediato e instrumental.

Este texto alerta para a necessidade de retomar uma abordagem global e mais integrada, capaz de questionar efetivamente a persistência de visões e práticas associadas ao poder higiênico. Essa nova abordagem tem como desafio imediato superar as representações fragmentadas e, muitas vezes ingênuas, que terminam por reproduzir as propostas que se quer criticar. A

defesa do “verde” e da “natureza”, deslocada da questão social, retoma as práticas higienistas do início do século.

Outro desafio a ser superado refere-se à homogeneização de soluções que gera a transposição de padrões e a subordinação política dos segmentos que os assumem em relação aos que os produzem. Portanto, a difusão de um novo paradigma que valoriza soluções locais adequadas à vegetação, clima, paisagem, ecossistemas e contando com a participação da população organizada em todos os níveis, nos parece um ponto de partida para essa abordagem.

BIBLIOGRAFIA

- BLAY, Eva. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias*. São Paulo: Nobel, 1985.
- COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1976.
- COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário: origem das políticas de saúde no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz na Terra, 1986.
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FLEURY, André Augusto de Pádua. *O presídio de Fernando de Noronha e as nossas prisões*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1880.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópoles: Ed. Vozes, 1983.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- HELOANI, J. Roberto. *Organização do trabalho e administração: um enfoque multidisciplinar*. São Paulo: Cortês, 1994.
- _____. A revista de organização científica e o discurso taylorista na década de 30. *Cadernos de jornalismo e editoração*. São Paulo, v. 12, n. 28, p. 83-152, dez. 1991.
- _____. *Modernity and identity*. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado) – PUC-SP
- MACEDO, Silvio Soares. *Paisagem, urbanização e litoral: do éden à cidade*. São Paulo. Tese (Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo.
- _____. *O bairro de Higienópolis e arredores*. São Paulo: Pini, 1987.
- MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Cia. da Letras, 1993.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: utopia da cidade disciplinar*. São Paulo: Brasiliense, 1987

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.